



Índice

- 01** [Pyelito Kue – pessoas passam fome e os alimentos são sonegados pelo governo](#)
- 02** [Justiça recebe defesas de índios Tenharim suspeitos de mortes no AM](#)
- 03** [Edital seleciona consultor\(a\) em ‘Políticas de saúde para comunidades quilombolas’](#)
- 04** [Anistia Internacional e DPU debatem questão quilombola no Maranhão](#)
- 05** [Governo federal investe mais de R\\$ 1 milhão para promover agroecologia em MT](#)
- 06** [ETSUS divulga resultado final do seletivo de enfermagem para indígena](#)
- 07** [Quilombolas no Maranhão têm direitos reconhecidos em decisões judiciais](#)
- 08** [Força Aérea distribui urnas em 20 localidades no Acre](#)
- 09** [História e cultura do povo Assurini é tema de conferência](#)
- 10** [Comissão da Verdade reconhece violência da ditadura contra povos indígenas](#)
- 11** [Tradição da tribo Ka’apor em exposição no Museu Goeldi](#)
- 12** [Advocacia-Geral assegura procedimentos de demarcação da Terra Indígena Manoki em Mato Grosso](#)
- 13** [Indígenas denunciam sucateamento de escola em Porto Real do Colégio](#)
- 14** [Carta Denúncia: Acampamento Geraizeiro do Alegre é alvo de ataque e de ameaças por policial aposentado](#)
- 15** [Grupo diz que CNV não vai "a fundo" na questão indígena](#)





Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

- 16** Inscrições para vestibular dos povos indígenas terminam nesta sexta
- 17** População racionaliza água e teme que barragem seque totalmente
- 18** Política de saúde no campo e na floresta é ampliada
- 19** Consea promove Mesa de Controvérsias sobre 'Terra e Território'
- 20** Polêmica do Morro dos Cavalos afeta definição do trajeto da ferrovia Litorânea
- 21** Professores de áreas quilombolas recebem curso de qualificação
- 22** PAUTA DIA 28 – 8H: ENCONTRO DEBATE NOVA PROPOSTA PARA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO

PARANÁ

- 23** Incra delimita Território Quilombola 'Lagoa Santa' no Baixo Sul da Bahia
- 24** Ibama realiza operação de fiscalização em terra indígena
- 25** Carteira de Identificação da Funai será aceita no domingo
- 26** Mundo em transformação – Indígenas de Roraima refletem sobre mudanças climáticas em

livro organizado pelo CIR



01 Pyelito Kue – pessoas passam fome e os alimentos são sonegados pelo governo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

[Roberto Antonio Liebgott- Cimi Regional Sul](#)

Sufrimento, dor, morte. Esta é a realidade da comunidade de Pyelito Kue, povo Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. Enquanto se desenrola a disputa eleitoral para saber quem governará o país e que, por conseguinte, também deverá administrar a corrupção há décadas estruturada no sistema político e na governança do Brasil centenas de famílias indígenas passam fome.

A comunidade Kaiowá de Pyelito Kue denunciou a missionários e missionárias do Cimi que está passando fome e não recebe há meses nenhum tipo de assistência da Funai e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Com isso, mais de 50 famílias passam a maioria de seus dias sem realizar nenhuma refeição. Na melhor das hipóteses acabam escolhendo apenas um período do dia para se alimentar, geralmente a partir de soluções compostas apenas por água, farinha e sal.

Há uma determinação do governo federal, segundo a denúncia da comunidade, para que a Funai não distribua os alimentos contidos no programa das cestas básicas. De acordo com os indígenas, como já ocorreu outras vezes, os alimentos estão armazenados, mas há ordem superior para que não sejam entregues na comunidade indígena. Denunciam ainda que este fato é de plena ciência dos funcionários da Funai. Esta é a segunda vez que o mesmo fato ocorre neste último semestre.

As lideranças indígenas informaram que uma criança, chamada Mikaela Flores, de pouco mais de um ano, morreu e que o diagnóstico do médico foi de que a criança veio a óbito em decorrência da fome. Assim como Mikaela, mais duas crianças foram recentemente hospitalizadas apresentando quadros graves de raquitismo e desnutrição.

Entre os Kaiowá de Pyelito, crianças de mais de um ano de idade apresentam peso menor do que sete quilos. No caso de crianças de até 5 meses o peso diminui preocupantemente para menos de quatro quilos. Marcas de uma política de genocídio.

Além da falta de comida, a água que está sendo utilizada para o consumo é imprópria e tem causado uma sistemática onda de doenças, em especial nas crianças. O gosto de metal e a aparência da água, coletada pelos indígenas nos empoeamentos e vertentes existentes, indicam que a mesma possui elevadíssimos

CONT.



teores de ferro. Sendo a única fonte de água, acaba sendo utilizada também para tomar banho.

Gerônimo Nunes da Silva, rezador e ancião da comunidade, com lágrimas nos olhos desabafou: “O guerreiro já está acostumado. Quando acha um pedacinho d’água estende um paninho e depois chupa, assim a gente vai se virando, mas e estas crianças, o que a gente faz com elas?”. Sobre a fome ele complementa: “A gente passa fome, mas o que mais dói é o olhar das crianças olhando para gente, elas choram sem ter o que comer e não compreendem que não é nossa culpa”. Gerônimo cala no meio do depoimento engasgado pela emoção.

O mais revoltante é que existem condições plenas e fáceis para a resolução do problema da água em Pyelito Kue. Há na aldeia uma estrutura de poço artesiano que até a poucos meses atrás era utilizada pelos indígenas através do auxílio de um pequeno motor que foi doado à comunidade. Porém o Fazendeiro local tombou o poste de energia que abastecia a aldeia. Há meses a Sesai sabe do acontecido, mas não tomou nenhuma providência.

Os Kaiowá denunciam que após início das tentativas do governo federal em aprovar de maneira arbitrária a terceirização do sistema de saúde indígena através da implementação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), os atendimentos da Sesai pioraram a ponto do órgão simplesmente não aparecer mais na aldeia. Quando os servidores aparecem, não realizam nem os exames de rotina com a comunidade, tanto que estas crianças, mesmo com alto índice de desnutrição, não foram sequer pesadas pelos agentes do órgão.

A comunidade de Pyelito Kue há décadas luta pela demarcação e garantia de suas terras e ao longo dos últimos anos vem sofrendo as mais variadas formas de violações aos seus direitos humanos e territoriais. Lideranças foram mortas, pessoas espancadas, tiveram seus barracos queimados por diversas vezes e os ataques de pistoleiros contratados por fazendeiros da região de Iguatemi ocorrem cotidianamente.

No ano de 2012 a comunidade elaborou uma carta onde relatam que não abandonarão a terra tradicional, mesmo que para isso tenham que entregar as suas vidas.

A terra de Pyelito Kue está em demarcação e a primeira etapa do procedimento demarcatório foi concluído no ano de 2012, sendo que a Funai publicou o estudo circunstanciado da terra em janeiro de 2013, o qual comprova a tradicionalidade da ocupação indígena. No entanto, o procedimento foi paralisado por determinação da presidência da República. O governo pretende, com isso, obter apoio dos setores vinculados ao agronegócio e da bancada ruralista no Congresso Nacional, que são contrários aos direitos indígenas, especialmente à demarcação das terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Talvez seja por conta da campanha eleitoral e da aliança do governo com a bancada ruralista que se sonegou aos indígenas Kaiowá de Pyelito Kue os alimentos, condenando-os a fome e a morte.

Porto Alegre, 23 de outubro de 2014.

Roberto Antonio Liebgott

Missionário do Cimi Sul

02 Justiça recebe defesas de índios Tenharim suspeitos de mortes no AM
SÍTIO O NORTÃO, 23.10.2014

Justiça estadual define data de audiência até sexta-feira (24). Decisão sobre transferência de indígenas também deve ser analisada.



Os advogados dos índios da etnia Tenharim, suspeitos de triplo homicídio no Sul do Amazonas, entregaram a defesa prévia dos indígenas ao Judiciário Amazonense. O documento foi enviado no dia 15. A Justiça aguarda parecer do Ministério Público para definir a data da primeira audiência de instrução e julgamento. Até sexta-feira (24), o magistrado responsável pelo caso, juiz Jeferson Galvão de Melo, deve decidir para onde os cinco indígenas serão transferidos. O grupo continua preso em Lábrea, a 702 km de distância de Manaus.

Ao todo, seis indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica (BR-230). Atualmente, cinco indígenas estão presos pelos crimes. O sexto suspeito aguarda julgamento em liberdade.

Segundo a Justiça, o envio das defesas ocorreu após atrasos e prorrogações de prazos. O juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde a ação criminal tramita, informou que a partir de agora aguarda a manifestação do Ministério Público para dar seguimento ao processo. "Até sexta-feira vou tomar uma decisão, pois falta o Ministério Público se manifestar. A promotora do caso está de licença médica, mas já chegou outra promotora para substituí-la. A audiência vai ser marcada nessa mesma decisão da transferência dos índios", explicou o magistrado.

Durante a primeira audiência de instrução e julgamento, testemunhas de acusação e defesa, além dos réus

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

serão ouvidas. Na ocasião, o juiz analisará também se os réus irão a Júri Popular ou não.

Crimes

Os assassinatos ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica (BR-230) em Humaitá, município distante 591 km de Manaus. Cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda julgamento em liberdade.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica.

Em abril deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Autor: G1/AM

Fonte: G1/AM



03 Edital seleciona consultor(a) em 'Políticas de saúde para comunidades quilombolas'
SÍTIO SEPPIR, 23.10.2014

As inscrições podem ser feitas até 03/11, pelo endereço eletrônico selecao@unfpa.org.br. É necessário enviar currículo atualizado, carta de apresentação e documentos que comprovem experiência

Interessados(as) em participar da seleção de consultoria devem enviar documentação completa, até 3 de novembro, para o e-mail selecao@unfpa.org.br, com o título “Estudo políticas de incentivo na saúde para comunidades quilombolas”. Acesse o [Termo de Referência](#) para mais informações.

O contrato tem vigência de 20 de novembro a 30 de abril de 2015 e prevê remuneração de R\$ R\$ 48 mil para o/a profissional selecionado/a. O edital é promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no âmbito do “BRA5U104 – Projeto Fortalecendo as ações da SEPPIR nas áreas de saúde, políticas para juventude e políticas para comunidades quilombolas”.

Os requisitos para se candidatar incluem graduação na área de saúde, humanidades, ciências aplicadas, estatística; mestrado ou doutorado em saúde coletiva ou correlato, economia, ou gestão de políticas públicas, epidemiologia, estatística, ciências sociais e similares, demografia ou similares; 5 anos ou mais de experiência comprovada em análise de dados qualitativos e quantitativos, incluindo realização, sistematização, categorização e análise de dados oriundos de fontes primárias (entrevistas) e fontes secundárias (documentos, sites, entre outros); experiência comprovada em pesquisa em saúde e/ou pesquisa em políticas de saúde; disponibilidade para viajar; e nacionalidade brasileira.

Solicita-se, ainda, que o(a) candidato(a) tenha conhecimento de conceitos e principais debates relacionados a atenção básica, estratégia saúde da família, financiamento em saúde, comunidades quilombolas; profissional com capacidade de análise e síntese, de comunicação oral e escrita, abertura para responder positivamente a diferentes pontos de vista e críticas em relação a sua atuação individual e coletiva, bem como realizar ajustes necessários; e ter informações e sensibilidade para acolher e trabalhar com diversidade cultural, étnica e religiosa, de orientação sexual e identidade de gênero, das diversas regiões brasileiras.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



04 Anistia Internacional e DPU debatem questão quilombola no Maranhão
SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 23.10.2014

A regularização fundiária de terras ocupadas tradicionalmente por grupos quilombolas no Maranhão foi tema de encontro, ocorrido na quarta-feira (15), entre representante da Defensoria Pública da União (DPU) em São Luís e a assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, Renata Neder.

A reunião contou ainda com a participação do advogado da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), Diogo Cabral. Na oportunidade, foram destacados os problemas vividos pela comunidade do Charco, localizada no município maranhense de São Vicente Ferrer.

Para o defensor público federal Yuri Costa, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU em São Luís, “o Charco representa a drástica situação de conflito fundiário e de falta de acesso a políticas públicas vividas por diferentes grupos tradicionais no Maranhão. A demora na regularização das terras da comunidade, a precariedade dos recursos hídricos e de produção agrícola e ainda o constante clima de tensão e ameaças, que culminou com a morte de uma liderança camponesa há alguns anos, infelizmente retrata a situação de dezenas de outros grupos neste Estado”.

A DPU atua desde fevereiro de 2011 na representação jurídica da comunidade do Charco em ação que discute a posse de terras ocupadas pela comunidade e a titulação do território quilombola. Além da representação processual, o núcleo da DPU no Maranhão realizou duas visitas aos quilombolas – em 2011 e 2013 – colhendo impressões sobre a real situação de moradia e de trabalho dessa população, além do acesso a serviços e aparelhos públicos.

O encontro serviu ainda para que a Anistia Internacional tivesse contato com os projetos desenvolvidos pela DPU na atenção a grupos quilombolas. Nesse ponto, foi destacada a criação, em fevereiro deste ano, do Grupo de Trabalho de Assistência a Quilombolas (GT Quilombola), vinculado à Secretaria-Geral de Articulação Institucional.

Anistia Internacional

A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 3 milhões de apoiadores. Sua atuação é pautada em ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Está presente em mais de 150 países, inclusive no Brasil, destacando-se no apoio a valores com a justiça, a igualdade e a liberdade.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

05 Governo federal investe mais de R\$ 1 milhão para promover agroecologia em MT

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.10.2014

Iniciativa visa apoiar organizações do estado que atuam na promoção da produção orgânica com foco na agricultura familiar

por Portal Brasil

A produção agroecológica vai ganhar mais força nas propriedades rurais de Mato Grosso. O governo federal oficializa, nesta quinta-feira (23), às 14h, o repasse de R\$ 1,2 milhão para a Federação de Órgãos da Assistência Social e Educacional (Fase).

A iniciativa visa apoiar organizações do estado que atuam na promoção da agroecologia e produção orgânica, com foco em agricultores familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais. O contrato será assinado no município de Cáceres (MT), a 214 quilômetros da capital do estado, Cuiabá.

Com o recurso liberado pelo governo federal, a Fase vai promover encontros, reuniões, oficinas, intercâmbios e projetos para fortalecer o potencial produtivo da agricultura familiar em Mato Grosso. A ação busca melhorar a renda e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, além de sensibilizar a opinião pública em favor da agroecologia para produção e consumo de alimentos.

O projeto elaborado pela Fase é uma das 18 iniciativas selecionadas, no País, por meio de edital que prevê investimento de R\$ 25 milhões subsidiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Banco do Brasil, Fundo da Amazônia e Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte:

[Ministério do Desenvolvimento Agrário](#)



06 ETSUS divulga resultado final do seletivo de enfermagem para indígena
SÍTIO BV NEWS, 23.10.2014

O resultado final pode ser encontrado no site da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) e no Diário Oficial do Estado

Por - Redação

O seletivo da Escola Técnica do SUS em Roraima (Etsus) para contratar mais sete docentes que irão ministrar o curso Técnico em Enfermagem para indígenas, na comunidade Malacacheta, localizada na região do Cantá, chega ao fim. Hoje, 23, o resultado final pode ser encontrado no site da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) e no Diário Oficial do Estado (DOE).

De acordo com a diretora da Etsus/RR, Cleres Alvarenga, o primeiro edital para o seletivo, foi lançado em maio deste ano e teve de ser alterado para que tivesse melhor abrangência de profissionais participando do processo. “Em um dos itens, de caráter eliminatório, apontava que o candidato ao cargo de docente tinha que ter pelo menos um ano de experiência em trabalho com povos indígenas”, disse Cleres lembrando que com o item, apenas três candidatos inscritos foram aprovados.

Para completar as vagas remanescentes, o edital foi reaberto com a proposta de contratar os sete profissionais necessários para compor o corpo docente para o curso técnico que irá capacitar 35 indígenas. A alteração foi feita e a exigência passou a ser apenas critério de pontuação e não de caráter eliminatório. “Com isso, a procura para concorrer ao seletivo aumentou”, disse a diretora.

Conforme a diretora, as aulas ocorrerão em duas etapas formativas, divididas em dez blocos que terão o total de 820 horas/aulas, sendo 560 teóricas e 260 práticas. A ideia é que a capacitação tenha duração média de três anos. O docente receberá R\$ 35,00 por hora/aula e ajuda de custo de R\$ 60,00 por dia para deslocamento e alimentação.

O processo seletivo de contratação aconteceu em duas fases, a curricular e a de avaliação didática. Os agentes indígenas de saúde vão participar do curso, para tornarem técnico em enfermagem e atuarem nas suas comunidades indígenas.

Dos 33 candidatos que chegaram à segunda fase do seletivo, a avaliação didática, 16 deles foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

eliminados por não comparecerem no dia estipulado para a aula expositiva. Três concorrentes foram eliminados por não atingir a pontuação mínima exigida pelo edital, isto é, cinco pontos. Do total, 14 pessoas foram classificadas, das quais sete foram aprovadas com maior pontuação.

Segundo a diretora da ETSUS, caso exista a necessidade, os candidatos classificados poderão ser chamados. Ainda não foi definido o início das aulas, mas os docentes aprovados para ministrar o curso serão comunicados pela Etsus. Para obter mais informações a respeito do início das aulas, os interessados devem procurar a escola, localizada na rua Uraricoera, 1668, no bairro São Vicente. Pelo telefone, o 3623-6891, o candidato aprovado também poderá buscar informações.

07 Quilombolas no Maranhão têm direitos reconhecidos em decisões judiciais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto: João Zinclar

Âmbito Jurídico

A Justiça Federal reconheceu direitos das comunidades tradicionais quilombolas de Jutay e Camaputua, localizadas respectivamente nos municípios maranhenses de Monção e Cajari. As duas decisões foram proferidas entre os meses de junho e julho deste ano, após atuação da Defensoria Pública da União (DPU).

Há décadas a comunidade de Jutay enfrenta conflito possessório decorrente, entre outros fatores, da demora na regularização fundiária das terras ocupadas tradicionalmente pelos quilombolas. Diante da morosidade, a DPU propôs ação civil pública contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), buscando obrigar o órgão a concluir com celeridade a titulação das terras, fato que possibilitaria a delimitação da área e asseguraria a posse dos quilombolas, fazendo cessar o conflito.

Na decisão, proferida pela 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, é reconhecida a obrigação do Incra de concluir o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em até seis meses. O relatório é a principal peça técnica produzida no processo de regularização fundiária de terras quilombolas.

O juiz da causa afirma em sua decisão: “Em se tratando de medida para a delimitação da área a ser titulada, a elaboração do RTID é passo importante para a resolução desse conflito fundiário, sobretudo porque, ao que parece, tem por origem a divergência acerca da titularidade da propriedade”.

Já a comunidade de Camaputua é formada por quilombolas residentes em uma ilha fluvial localizada no noroeste do Maranhão. A área é marcada por décadas de conflito fundiário envolvendo quilombolas e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

fazendeiros da região.

Inicialmente instaurada pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, uma ação em defesa da posse dos quilombolas foi proposta na Justiça Estadual, sendo posteriormente remetida à 3ª Vara da Justiça Federal no Maranhão, por se considerar o direto interesse do Incra na resolução de conflito possessório envolvendo grupos quilombolas.

De acordo com o defensor público federal Yuri Costa, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU no Maranhão e membro do Grupo de Trabalho Institucional de Assistência a Grupos Quilombolas (GT Quilombola), “a decisão proferida em favor da comunidade de Camaputua aponta para a pacificação do conflito, pois proíbe os supostos proprietários de terras de impedir ou dificultar o acesso a áreas de moradia, de plantio ou de criação de gado pelos quilombolas, assegurando-lhes meios de sobrevivência, além de lhes garantir segurança”.



08 Força Aérea distribui urnas em 20 localidades no Acre
SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.10.2014

Em todo estado, helicópteros da FAB chegam a diversos locais de difícil acesso, como seringais, aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas

por Portal Brasil

A Força Aérea Brasileira distribui urnas eleitorais em 20 localidades do Acre nesta quinta-feira (23). A região fica entre as cidades de Cruzeiro do Sul e a capital Rio Branco.

Durante a missão, estão sendo empregados dois helicópteros H-60 Black Hawk da FAB. Um deles já realizou, nos últimos três dias, o transporte de 24 urnas eletrônicas e de mais de 60 mesários, policiais civis e policiais militares, para dez localidades do estado.

O Acre possui 42 locais de votação em áreas de difícil acesso, como seringais, aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas.

As comunidades Icuriã 78 e Icuriã 79, por exemplo, são seringais que ficam isolados em meio à selva amazônica ocidental.

Os helicópteros Black Hawk partiram da cidade mais próxima, Assis Brasil, na fronteira com a Bolívia, para levar 15 mesários e quatro urnas.

A distância de 70 km de estrada em meio à selva foi vencida por apenas 15 minutos de voo. “Essas comunidades são de acesso limitado. Difícilmente vai carro”, explica o chefe do posto eleitoral de Assis Brasil, Jair Jerônimo Evaristo.

De acordo com ele, as duas seções reúnem cerca de 400 eleitores que não podem ir até a cidade para votar. “Não tem como vir para cá nessa época. Só de helicóptero mesmo”, explica antes do embarque.

Um pouco antes do pouso, durante a aproximação, é possível avistar algumas casas numa clareira. É necessário fazer uma passagem para certificar se é a localidade designada e qual a melhor área para o pouso.

O único espaço disponível é uma área de terra. Ao descer, o giro das pás fez a poeira subir.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Foram apenas cinco minutos em solo, tempo suficiente para as sete pessoas e as duas urnas deixarem o helicóptero. “É tudo muito rápido para conseguirmos atender a todas as localidades. Tem que otimizar ao máximo o tempo e a autonomia da aeronave”, explica o mecânico da tripulação, Suboficial João Henrique de Farias Coelho.

Fonte:

Força Aérea Brasileira



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

09 História e cultura do povo Assurini é tema de conferência
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 23.10.2014

Da Redação

Agência Pará de Notícias

Atualizado em 23/10/2014 11:04:00

http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=106227

Benzedeiras, parteiras, rituais religiosos, educação indígena e bebidas típicas da etnia indígena Assurini foram alguns dos assuntos debatidos pela professora Benedita de Moraes Pinto com a comunidade acadêmica e externa na conferência de abertura do IV Seminário do Grupo de Pesquisa História da Educação da Amazônia (Gheda).

Doutora em história social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Estado de São Paulo e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Cametá, Benedita de Moraes ressaltou, ainda, aspectos da cultura e dos costumes da etnia e as formas de educação na Amazônia.

“A educação entre o povo Assurini ocorre formalmente e informalmente. O objetivo desse momento foi mostrar a visão dessa população indígena e qual significado da educação para eles. O desafio é construir um processo educativo que esteja sempre resgatando e revivendo aspectos como esse da história amazônica, como o Grupo Gheda faz”, afirmou a professora Benedita de Moraes.

O evento foi realizado ao longo desta quarta-feira, 22, no auditório do Centro de Ciências Sociais e Educação, localizado no bairro do Telégrafo. A programação conta também com mais duas mesas redondas: "Instituições educativas na Amazônia: redes de sociabilidade" e "Sociabilidade: diálogo entre história, educação e antropologia", que oportunizam a disseminação do conhecimento científico e o resultado das pesquisas desenvolvidas pelo o grupo.

“Esse momento contribui muito para minha formação. Discutir sobre o povo Assurini não só fomenta a produção de conhecimento, como também amplia nossos conhecimentos como aluno e agrega a universidade ao resgate da história indígena”, salientou a graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião, Maria Auxiliadora da Silva.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Exposição de livros e outras publicações do Gheda poderão ser visualizadas pelos participantes. O evento é gratuito e aberto à toda a comunidade. Mais informações no site <http://www.gheda.tk/>

Ize Sena

Universidade do Estado do Pará



10 Comissão da Verdade reconhece violência da ditadura contra povos indígenas
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23.10.2014

Agência Brasil

Uma audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, com apoio do serviço SOS Racismo da Assembleia Legislativa paulista (Alesp), discutiu nesta quinta-feira (23) as violações sofridas por povos indígenas durante a ditadura militar. A sessão foi acompanhada por diversos jovens indígenas.

Segundo o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da comissão, a audiência foi resultado de uma “pressão da sociedade”. “Estamos concluindo os trabalhos e ainda não temos ideia do que aconteceu com os indígenas. A pressão é para que a comissão trabalhe essa questão”, assinalou.

Para Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP e coordenador do Projeto Armazém Memória, que reúne documentos e arquivos com foco em direitos humanos, o número de violações a indígenas durante a ditadura é difícil de ser quantificado. Segundo ele, há denúncias de extermínio de índios espalhadas por todo o país. Elas incluem uso de arsênico, bombardeio de aldeias com bombas Napalm para exploração de terras e a inoculação de vírus da varíola para provocar mortes entre os índios. “Os povos indígenas do Brasil foram um dos mais atingidos pela ditadura militar”, ressaltou. Acrescentou que, durante o regime militar, muitos índios foram mortos e aldeias destruídas para liberação de terras para construção de rodovias federais, em especial no Amazonas.

Em depoimento, o cacique guarani Timóteo Popygua, da aldeia de Eldorado (SP), disse que seus pais e avós foram vítimas do regime militar. Os pais, segundo ele, viviam em uma região no Paraná. “Meus pais sofreram abusos, principalmente presos em cadeias e troncos. A razão eram as terras”, revelou o cacique em entrevista à Agência Brasil. Popygua afirmou que a violência não foi interrompida após a ditadura. “Sofremos as consequências até hoje nas regiões do Paraná, Santa Catarina e em São Paulo”, assinalou.

O cacique defendeu a necessidade de reparação ao povo indígena pela violência sofrida. “Tem de ter uma reparação por essa perda de território e cultura. Nossa luta é para demarcação de nossas terras. Isto significa o fortalecimento cultural e da língua”, observou.

Marcelo Zelic também defendeu a demarcação de terras indígenas e a reparação da violência a que eles foram submetidos. “É necessário mudar a política indigenista no Brasil. Precisamos ir além disso. Temos de reconhecer que os índios têm direitos constitucionais. A sociedade precisa reparar as violências e possibilitar o desenvolvimento populacional desses povos e etnias”, alertou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Para o coordenador do SOS Racismo da Alesp, Cícero Almeida, o genocídio e a violência contra os índios durante a ditadura se devia, principalmente, à ocupação de terras. Arqueólogo e pesquisador, Luiz Canê Minguê, representante dos índios guaianá, etnia que hoje tem poucos representantes no país, concorda. “Também foi uma questão de resistência, mas a questão principal foram as terras, situação que permanece até hoje”, lamentou.

Na audiência, a jornalista Memélia Moreira lembrou a condenação do Brasil no IV Tribunal Bertrand Russell, em 1980, pelo genocídio de índios, julgamento a que ela esteve presente. O tribunal, que se reuniu na Holanda para investigar a violação de direitos humanos na América Latina, foi presidido por Mário Juruna (1943-2002), primeiro índio a se eleger deputado federal no Brasil. Dos 47 casos submetidos ao tribunal naquele ano, 14 foram aceitos, entre eles o que condenou o país.

11 Tradição da tribo Ka'apor em exposição no Museu Goeldi
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 23.10.2014

*Na abertura da mostra, povo Ka'apor fará rituais.
Exposição reúne arte plumária, cestaria, flechas, adornos e indumentárias.*

Do G1 PA



Festa do Cauim: tradição Ka'apor em exposição no Museu Goeldi (Foto: Divulgação/Sam Zebba)

O Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, abre nesta sexta-feira (24) seu principal pavilhão expositivo para apresentar a cultura dos Ka'apor, através da festa do Cauim. A festa é uma celebração que marca vários rituais de passagem ao longo da vida dos Ka'apor, como a iniciação feminina, o casamento, a posse do cacique e principalmente a nomeação das crianças.

Durante a abertura da Exposição Ka'apor, um grupo de 30 indígenas da Terra Indígena Alto Turiaçu (MA) fará uma representação do ritual de nomeação de crianças. Pela primeira vez esta cerimônia será realizada fora da aldeia.

A exposição, que acontece no prédio da Rocinha, localizado no Parque Zoobotânico do MPEG, exibirá um rico acervo da cultura material Ka'apor, como objetos de arte plumária, cestaria, flechas, adornos de miçangas e sementes, além de indumentárias masculinas e femininas.

A mostra também contará com Fotografias do acervo do Museu do Índio e vídeos de registro da festa do Cauim, com imagens capturadas na década de 1960 e em 2007 nas aldeias Ka'apor. Na abertura da

CONT.

exposição, o artesanato produzido nas aldeias Ka'apor estará à venda.



A exposição Ka'apor segue até 28 de setembro de 2015. (Foto: Divulgação/Sam Zebba)

A antropóloga do Museu Goeldi, Cláudia López, curadora da exposição e estudiosa das dinâmicas sociais e culturais da etnia Ka'apor, afirma que “apresentar as tradições Ka'apor é uma maneira de mostrar que o povo está vivo, que resiste, que tem uma cultura viva e que eles estão defendendo seu território”. A curadoria da exposição também conta com Valdemar Ka'apor, Teon Ka'apor e Elizete Tembé. Laura van Broekhoven e Mariana Françoze, do Museu Nacional de Etnologia, localizado na Holanda, também fazem parte do grupo de curadores da mostra.

Após a abertura da exposição no dia 24, o pavilhão da Rocinha passará por um período de manutenção entre os dias 25 e 29 de outubro, reabrindo para visitação pública no dia 30 deste mês. A exposição Ka'apor segue até 28 de setembro de 2015.



12 Advocacia-Geral assegura procedimentos de demarcação da Terra Indígena Manoki em Mato Grosso
SÍTIO ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, 23.10.2014



Foto: funai.gov.br

A Advocacia-Geral da União (AGU) reformou, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), decisão que determinou, indevidamente, que a Presidência da República concluísse, em apenas 30 dias, o processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Manoki, no estado do Mato Grosso. O procedimento estava sendo questionado na Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF).

A Procuradoria-Regional da União na 1ª Região (PRU1) e a Procuradoria da União no Mato Grosso (PU/MT) explicaram que o procedimento de demarcação está regular e em curso. Destacaram que a Fundação Nacional do Índio (Funai) já havia, inclusive, concluído trabalho de revisão da TI Manoki com a remessa do processo administrativo ao Ministério da Justiça para expedição do Decreto Presidencial.

Além disso, os advogados da União argumentaram que o Judiciário não poderia interferir sobre ato de competência da Presidenta da República, além de não existir nenhuma irregularidade no procedimento.

O TRF1 concordou com a defesa dos advogados da União e suspendeu a decisão anterior, até apreciação final da questão pelo próprio Tribunal.

A PRU1 e a PU/MT são unidades da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.

Ref.: Medida Cautelar Inominada nº 0058705-35.2014.4.01.0000 - TRF1.

Assessoria de Comunicação



13 Indígenas denunciam sucateamento de escola em Porto Real do Colégio
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 23.10.2014

Unidade que atende a 750 famílias Kariri-Xocó está deteriorada.

Alunos estão sem merenda desde setembro e material escolar.

Do G1 AL com informações da TV Gazeta

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/10/indigenas-denunciam-sucateamento-de-escola-em-porto-real-do-colegio.html>

Índios da aldeia Kariri-Xocó, que fica no município de Porto Real do Colégio, região do Baixo São Francisco de Alagoas denunciam que a escola que atende crianças e adultos está em más condições para atender os estudantes. Segundo o grupo indígena, a comunidade possui 750 famílias e 214 pessoas fazem uso da Escola Estadual Indígena Pajé Francisco Queiroz Saíra, que fica em uma casa sem muros onde há acúmulo de lixo e mato ao redor.

Na parte interna da unidade de educação o piso está rachado, as janelas quebradas e as estruturas de ferro deterioradas. Faltam telhas e a pintura desgastou. A fiação exposta já provocou curto-circuito e as chamas atingiram o forro de PVC de uma das salas. Os poucos ventiladores que restam não funcionam, e as aulas acontecem no calor.

O material escolar não é padronizado porque, segundo os professores, a quantidade que chega é insuficiente. “O material que chega é pouco. Assim, os pais que têm condições compram. Os que não, fazem uso do material enviado pela Secretaria de Educação. E às vezes, os professores se juntam para comprar algumas coisas”, diz a professora Claudete Suíra.

As portas das salas estão emperradas e o banheiro dos professores virou depósito de cadeiras quebradas. “A escola nunca foi reformada e a única coisa que fizeram foi uma pintura há quatro anos. No mais, a secretária não faz nada”, expõe o coordenador escolar Alcivânio Correia dos Santos. A evasão escolar também é outro problema grave na escola. Há quase dois meses, mais da metade dos alunos não vêm às aulas. Uma das turmas, por exemplo, possui 19 alunos. Hoje, apenas 9 foram para a escola.

CONT.



Um dos motivos disso está na cozinha. Segundo a coordenação da escola, faz 2 meses que as prateleiras da despensa servem apenas para guardar panelas porque a merenda não chega. A geladeira está quebrada e o fogão, cheio de ferrugem. Também falta água nas torneiras. Para matar a sede, só buscando na torneira da rua uma água de cor amarelada. “Já que não tenho como cozinhar porque falta comida, venho todo dia para a escola ajudar na limpeza e na organização”, conta a merendeira Rita de Cássia Suíra.

Por causa da falta de merenda, os poucos alunos que ainda frequentam as aulas são liberados todos os dias uma hora mais cedo. “Eu gostava do arroz doce, munguzá e da macarronada”, fala o estudante Acássio dos Santos.

A escola também tem outro prédio na aldeia, onde estudavam mais 206 alunos. O local foi interditado e hoje restam ruínas. Os estudantes precisaram se matricular em escolas na cidade. Mas para o pajé, o ensino fora da aldeia foge à cultura indígena.

SEE

A assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Educação (SEE) disse que quanto à estrutura da escola, já foi aberto um processo para a reforma da unidade. E na próxima semana uma equipe da engenharia do Estado vai até o local para verificar o que é mais urgente.

Sobre os kits escolares, a SEE expôs que o material foi entregue em setembro, e se houve insuficiência, os gestores responsáveis pela distribuição não foram informados do problema. Quanto a merenda escolar, foi informado que os alimentos acabaram em 10 de setembro, e para a compra de novo material é necessário a aprovação do Conselho Escolar, procedimento que só ocorreu hoje.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

14 Carta Denúncia: Acampamento Geraizeiro do Alegre é alvo de ataque e de ameaças por policial aposentado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental, 23/10/2014 22:50

No dia 29 de Setembro de 2014, 135 famílias dos gerais e veredas de sete comunidades do Distrito de São Joaquim, no município de Januária Norte de Minas, retomaram seu Território Tradicional. As famílias acampadas, vêm sofrendo uma série de ameaças e ataques por parte de um fazendeiro, vizinho da área retomada pelas famílias. Anexo [abaixo] a carta denúncia enviada às autoridades, relatando os últimos acontecimentos e solicitando com urgência apuração dos fatos. (Zilah de Mattos – Comissão Pastoral da Terra)



Ao Ministério Público de Conflitos Agrários de Minas Gerais

À Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

À Delegacia de Conflitos Agrários de Minas Gerais

À Ouvidoria Agrária Nacional

As 135 famílias do Acampamento Geraizeiro do Alegre, do Distrito de São Joaquim, município de Januária

CONT.



sofreram várias ameaças e um violento ataque na quinta feira, dia 16 de outubro de 2014. O fato se deu por volta das 18 horas quando o investigador aposentado da Polícia Civil de Minas Gerais, o Sr. Edson Eduardo Sales Gomes, proprietário vizinho ao Acampamento do Alegre, deixou sua camionete Hilux, adentrou o acampamento, derrubou a bandeira do Movimento Geraizeiro e, em seguida, desferiu dois tiros, enquanto ameaçava aos geraizeiros que assistiam atônitos à investida: corram daqui senão vou matar todo mundo!

Os geraizeiros imediatamente comunicaram o fato à Polícia Militar e solicitaram o envio de uma viatura até o acampamento para fazer um boletim de ocorrência. Para surpresa dos acampados, no dia 18 de outubro, sábado, às 22:30 horas uma caminhonete amarela e com luzes piscando no teto superior parou em frente à casa do jovem Donizete, na comunidade de Poçãozinho, distrito de São Joaquim. Os quatro ocupantes se dizendo policiais e fortemente armados com espingardas calibre 12 solicitaram o documento do mesmo e pediu que chamasse o seu pai, o Sr. Pedro. O mesmo se dirigiu até a caminhonete e os policiais solicitaram também o seu documento de identidade. O Sr. Pedro perguntou se os mesmos vieram fazer o boletim de ocorrência e que o fato deveria ser realizado no acampamento e não na casa dele uma vez que não fazia parte do acampamento. Com brutalidade um dos ocupantes do veículo perguntou: que ocorrência? O Sr. Pedro respondeu: a do Sr. Edson que, segundo os acampados, disparou tiros no acampamento. Um dos ocupantes reagiu imediatamente: o Sr. Edson sou eu, e agora é que vocês vão ver o que é tiro! O veículo em seguida saiu em alta velocidade e a comunidade ouviu assustada mais dois tiros de espingarda 12 sendo disparados para o alto.

No dia 20 de outubro lideranças do Movimento Geraizeiro se dirigiram até a cidade de Januária e procuraram apoio da CPT, Cáritas, CAA, Comissão de Direitos Humanos, Diocese de Januária e também junto a professores do Instituto Federal Campus de Salinas. Juntamente com assessoria jurídica, comunicaram o fato à delegacia da Polícia Civil e ao Batalhão da Polícia Militar de Januária e também junto ao Ministério Público de Conflitos Agrários de Minas Gerais, à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e à Delegacia Estadual de Conflitos Agrários. Consideraram o caso muito grave, pois membros e estrutura da corporação da Polícia Civil de Minas Gerais estão sendo utilizados para as ameaças e ataques contra o Acampamento Geraizeiro do Alegre.

Junto com esta denúncia, outra já registrada também em um Boletim de Ocorrência – M2789-2014-4228735 – ocorrida na madrugada do dia 06 de outubro quando três focos de incêndio foram simultaneamente disparados em volta do acampamento no intuito de queimar os barracos e que provocou um enorme incêndio nas veredas. Este só não foi maior porque foi mobilizada uma grande turma do acampamento e da comunidade de Poções para apagar o incêndio. Na preocupação e desespero em tentar controlar o fogo, uma criança de 13 anos, sofreu queimaduras nas pernas e se encontra internada no

CONT.



hospital em Januária.

Uma pergunta fica no ar: porque o Acampamento Geraizeiro do Alegre vem sendo alvo de ataques e ameaças embora já esteja ocorrendo uma negociação intermediada pelo Ministério Público Estadual com a Empresa PLANTAR? Porque os geraizeiros vêm sendo ameaçados por organizarem um acampamento em terras que foram supostamente griladas, que sofreu uma degradação sem precedentes pelo plantio da monocultura do eucalipto e agora, com o Acampamento, estão propondo a criação de um Assentamento Agroextrativista para, sob o seus cuidados, promoverem a recuperação de uma área de quase 20 mil ha que foi degradadas pela PLANTAR e RIMA? Porque um fazendeiro vizinho, policial aposentado, cuja terra está fora da disputa, vem aterrorizando a comunidade?

O Movimento Geraizeiro, pastorais, entidades e organizações que estão solidárias com a luta das comunidades dos gerais e das veredas de Januária solicitam o empenho e agilidade das autoridades nas investigações e apuração dos fatos e que atendam às demandas dos Geraizeiros e Veredeiros de Januária que reivindicam o reconhecimento dos seus direitos territoriais e a promoção da preservação do Cerrado, com suas nascentes e veredas.

Movimento Geraizeiro de Januária

Comissão Pastoral da Terra

Cáritas da Diocese de Januária

Comissão de Direitos Humanos de Januária

Professores do Instituto Federal Campus de Januária

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais

Januária, aos 21 de outubro de 2014.

—



15 Grupo diz que CNV não vai "a fundo" na questão indígena

SÍTIO TERRA BRASIL, 23.10.2014

Grupo Tortura Nunca Mais, composto por familiares de mortos na ditadura, afirma que CNV será "introdução" aos horrores cometidos pelo Estado contra índios

O Grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, composto por familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar (1964 - 1985), afirmou, nesta quinta-feira, por meio de sua conta no Twitter, que a Comissão Nacional da Verdade tem resistência em "investigar a fundo as violações cometidas pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas". O grupo afirmou ainda que, ao que tudo indica, "a parte do Relatório Final da CNV sobre o genocídio indígena será apenas uma introdução aos horrores cometidos pelo Estado".

Um dos grupos de trabalho da CNV tem por objetivo investigar violações dos direitos humanos cometidas no período militar por agentes públicos contra camponeses e indígenas. Esse grupo é coordenado pela psicanalista Maria Rita Kehl. O **Terra** entrou em contato com a assessoria de imprensa da CNV, que disse não se pronunciar sobre críticas feitas por meio das redes sociais.

O Tortura Nunca Mais acompanhou, nesta quinta-feira, audiência da Comissão da Verdade do estado de São Paulo, na assembleia legislativa do Estado, também sobre a questão dos índios e povos tradicionais. Em depoimentos e documentos foram revelados relatos de que bombas de napalm, arma química de extrema letalidade, arsênico, dinamite e contágio intencional de varíola foram usados contra a etnia Waimiri Atroari residente no Estado do Amazonas. Até hoje os militares negam terem usado esse tipo de armamento, segundo o grupo.

Cerca de 10 mil Waimiri-Atroari teriam desaparecidos durante a construção da rodovia BR 174, conhecida como Manaus-Boa Vista. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que precedeu a Funai, foi responsável por parte das mortes, além de torturas e estupros contra os povos indígenas. Fotos das atrocidades foram encontradas no Arquivo Nacional.



16 Inscrições para vestibular dos povos indígenas terminam nesta sexta
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 24.10.2014

*Universidades estaduais do PR e UFPR oferecem vagas em vários cursos.
Provas ocorrem em Guarapuava; inscrições são feitas pela internet.*

Do G1 PR

Termina, nesta sexta-feira (24), o prazo de inscrições para o Vestibular dos Povos Indígenas 2015. O concurso, que reserva vagas para estudantes de comunidades indígenas, chega a 14ª edição, oferecendo vagas nas universidades estaduais do Paraná e na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O processo seletivo é dotado de duas provas, sendo uma de língua portuguesa oral, a ser realizada no dia 18 de dezembro e outra no dia 19, com redação e questões objetivas de língua portuguesa, língua estrangeira, biologia, física, geografia, história, matemática e química. Os exames serão aplicados no Centro Politécnico da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), em Guarapuava. Para os candidatos de outras cidades é oferecido um alojamento, com alimentação, nos dois dias de prova.

O vestibular é aberto para estudantes indígenas de todo o Brasil. Porém, as vagas nas universidades estaduais são reservadas apenas aos paranaenses. Os demais devem disputar as vagas disponíveis na UFPR.

Para se inscrever, é preciso preencher uma ficha de inscrição, [disponível na internet](#), e entregar junto com a documentação solicitada em uma das universidades que participam do vestibular. Para os estudantes de fora do estado, ainda é possível enviar os documentos pelos Correios, em uma correspondência com aviso de recebimento (AR).

Todos os detalhes e os cursos oferecidos no processo seletivo estão disponíveis no edital, publicado na página da Unicentro

17 População raciona água e teme que barragem seque totalmente
SÍTIO CIDADE VERDE.COM, 24.10.2014

A quantidade de água que está sendo liberada pela Barragem de Bocaina, é insuficiente para irrigar o plantio de feijão e outras culturas. A seca já levou a perda de 80% da safra de todo o semiárido e 60% do rebanho morreu. Pelo menos 25 açudes estão sendo monitorados pela Agência Nacional de Águas (ANA), na região de Picos.

Comunidades ribeirinhas da zona rural de Sussuapara, município próximo a Bocaina que também é abastecido pela barragem, estão convivendo com a escassez e fazendo racionamento com receio de que a água da barragem não seja suficiente para suprir as necessidades mínimas.

O agricultor Sebastião Barros afirma que estão regando a água. "Tem dia que não corre uma única gota de água no leito do rio. Estamos regando a água com medo da barragem secar até chover de novo".

Na comunidade São João da Varjota, em Bocaina, o gado já se alimenta de pasto seco. A água do açude usada para o consumo animal não chega as propriedades. Construções antes submersas começam a ressurgir.



Com informações de J. Pereira (Tv Cidade Verde)

Redação Sana Moraes

redacao@cidadeverde.com

18 Política de saúde no campo e na floresta é ampliada
SÍTIO PORTAL BRASIL, 24.10.2014

Iniciativa atende camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais, comunidades de quilombos, populações ribeirinhas, entre outros

por Portal Brasil

Divulgação/Reginaldo Aguiar/Incra



Iniciativa leva mais saúde para comunidades remanescentes de quilombos

O Ministério da Saúde anunciou nesta sexta-feira (24), por meio de publicação no Diário Oficial da União, a ampliação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, criada em 2011.

A política tem o objetivo de promover a saúde das populações do campo, da floresta e das águas por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça, cor, etnia e orientação sexual. O objetivo é possibilitar o acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida.

A iniciativa abrange todos aqueles que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo, como: camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais e assentados, comunidades de quilombos, populações ribeirinhas, entre outros.

Segundo a publicação no Diário Oficial, outro alvo da política de saúde é a redução das vulnerabilidades em saúde das populações do campo, da floresta e das águas. Para isso, são desenvolvidas ações integrais voltadas para a saúde do idoso, da mulher, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente, do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

homem e do trabalhador.

Entre outras funções, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, pretende, ainda, reconhecer e valorizar os saberes e as práticas tradicionais de saúde das populações do campo, da floresta e das águas, respeitando suas especificidades.

Fonte:

Portal Brasil, com informações do [Diário Oficial da União](#)

19 Consea promove Mesa de Controvérsias sobre ‘Terra e Território’
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Encerramento da IV Conferência do Faor em Altamira – Rio Xingu Foto: Vânia Carvalho (2004)

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realiza nos próximos dias 4 e 5 de novembro, em Brasília, a “Mesa de Controvérsias: “Territorialidade, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional”.

Consea, no [Portal de Agroecologia da Amazônia](#)

Esta será a quarta Mesa de Controvérsias promovida pelo conselho – um delas foi sobre agrotóxicos e outras duas foram sobre alimentos transgênicos. Trata-se de encontros que reúnem representantes da sociedade do governo para discutirem questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Essa quarta mesa tem o objetivo principal de discutir as diferentes concepções do direito à terra e ao território e sua relação com o Direito Humano à Alimentação Adequada na ótica dos Três Poderes e dos sujeitos de direitos, bem como construir propostas para atuação do Estado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Entre os objetivos específicos estão: promover diálogo do poder público com a sociedade civil a respeito dos rumos do direito de acesso à terra/território e suas violações; discutir o estágio da realização do direito de camponeses, indígenas e povos e comunidades tradicionais; apresentar propostas para o enfrentamento das violações desses direitos.

O acesso à terra e ao território é questão recorrente nas discussões do Consea. Trata-se de condição imprescindível para a realização do direito humano à alimentação adequada e demais direitos fundamentais de grupos sociais vulneráveis. De acordo com o Consea, os modos de organização, os sistemas agroextrativistas e os hábitos alimentares estão estreitamente ligados à terra e aos territórios, não podendo ser tratados de forma dissociada.

Serviço

Mesa de Controvérsias Terra e Território

Dias: 4 e 5 de novembro

Horário: a partir das 8h30

Local: Carlton Hotel, Setor Hoteleiro Sul, Brasília (DF)

Informações: (61) 3411 2747

20 Polêmica do Morro dos Cavalos afeta definição do trajeto da ferrovia Litorânea
SÍTIO FLORIPA NEWS, 24.10.2014



foto: Impasse foi explicado pelo engenheiro Robson Sebastiany - Heraldo Carnieri

Reunião na FIESC discutiu o andamento dos projetos das ferrovias Litorânea e da Integração.

Assim como a duplicação do trecho Sul da BR-101, a construção da ferrovia Litorânea sofre atraso com a indefinição sobre a transposição da área indígena do Morro dos Cavalos, em Palhoça.

O impasse sobre a definição do trajeto da ferrovia foi explicado pelo engenheiro Robson Sebastiany, engenheiro da Prosul, em reunião da Câmara de Assuntos de Transporte e Logística da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) nesta quinta-feira (23).

Segundo o engenheiro, que representa uma das empresas contratadas para realizar o projeto básico de engenharia, a Funai propôs que a ferrovia passe por trás da Serra do Tabuleiro, evitando o Morro dos Cavalos. Esta alteração levaria a um aumento de 30 quilômetros na extensão da ferrovia, além de exigir a construção de sete túneis, com o maior deles com 56 quilômetros de extensão. Desta forma, ainda de acordo com Sebastiany, a ferrovia se tornaria economicamente inviável.

O presidente da Câmara e primeiro vice-presidente da FIESC, Mario Cezar de Aguiar, defendeu um reforço na mobilização da sociedade pela ferrovia. "Precisamos encontrar uma solução que viabilize esta importante obra", afirmou Aguiar.

A elaboração do projeto básico de engenharia foi contratada em dezembro de 2009, com previsão de conclusão para maio de 2014. No entanto, a definição do trajeto no trecho que vai de Imbituba a Tijucas está paralisada, à espera de um Termo de Referência da Funai.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Também participante do consórcio responsável pela elaboração do projeto da ferrovia da Integração, que liga Dionísio Cerqueira ao Litoral, o engenheiro da Prosul ressaltou que todas as alternativas de trajeto serão estudadas. A definição, segundo Sebastiany, será feita com base em critérios de viabilidade econômica.

Morro dos Cavalos

A polêmica envolvendo a criação e ampliação da reserva indígena do Morro dos Cavalos também foi abordada na reunião. Um grupo formado por Walter Bensousan, pelo índio Milton Moreira, descendente da primeira família de indígenas a ocupar a área, e por dois advogados, contestou o processo de demarcação da área.

21 Professores de áreas quilombolas recebem curso de qualificação
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 24.10.2014

Projeto beneficia 269 escolas multisseriadas.

Meta é capacitar todos os professores da rede municipal.



Curso de formação professores de áreas quilombolas (Foto: Reprodução/TV Tapajós)

O Programa Escola da Terra realiza nos dias 23 e 24 de outubro, no auditório da Universidade Estadual do Pará (Uepa), o terceiro encontro de formação permanente para os educadores dos anos iniciais e do ensino fundamental das escolas de campo e quilombolas, em Santarém, oeste do Pará. Aproximadamente 200 professores da rede municipal participam do projeto que visa promover melhorias no aprendizado dos estudantes, aumentar os índices de aprovação, além de facilitar o acesso ao ensino.

O projeto, implantado em fevereiro de 2014, abrange atualmente 269 escolas multisseriadas, envolvendo 270 professores. Segundo a coordenadora do projeto, Gilvandra Silva, o programa visa qualificar cada vez mais os profissionais da educação para que possam atender a necessidade de cada comunidade, visando a melhoria do ensino. “Já tivemos muitas melhorias com a implantação do programa, uma delas é a satisfação dos professores com a iniciativa de receber treinamentos para situações incomuns dentro das comunidades, as dificuldades estão em toda parte, mas os professores estão conseguindo aos pouco superá-las, pois o seu trabalho está sendo reconhecido”, explicou.

De acordo com os professores que atuam em comunidades quilombolas e áreas de rios, o treinamento é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

importante para o fortalecimento da escola com o espaço sócio e cultural dos alunos. “Esse programa tem contribuído muito dentro de sala de aula, pois nós que trabalhamos em comunidades distantes da cidade vivenciamos uma outra realidade, e aprendemos no curso a trabalhar as diferentes realidades, mostrando a importância de cada cultura para o crescimento do aluno e dos educadores”, ressaltou a professora Irivete Pereira.



22 PAUTA DIA 28 – 8H: ENCONTRO DEBATE NOVA PROPOSTA PARA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO PARANÁ

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 24.10.2014

A Secretaria Estadual da Educação realizará de terça a quinta-feira (dias 28, 29 e 30) o Segundo Encontro de Educação Escolar Quilombola. Profissionais da educação e representantes de comunidades quilombolas discutirão uma nova educacional para esta população no Paraná. O encontro acontecerá na comunidade João Sura, em Adrianópolis, Vale da Ribeira.

O objetivo é unificar as propostas do primeiro encontro para um projeto político-pedagógico adequado à especificidade de cada comunidade e que estejam em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

Na comunidade João Sura, o Governo do Paraná está terminando a nova sede do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. O prédio, que está em fase de acabamento e deve ficar pronto em janeiro, terá com laboratórios, refeitório e cozinha, e seis novas salas de aula para atender a 630 alunos matriculados nos três turnos de aula.

SERVIÇO

Encontro de Educação Escolar Quilombola.

Data: terça a quinta-feira (28,29 e 30)

Horário: 8h às 17h

Local: Comunidade Remanescente Quilombola João Surá -

Estrada do Porto Novo João Surá (área rural) - Adrianópolis

Áudio

[Confira o áudio desta notícia](#)

23 Incra delimita Território Quilombola 'Lagoa Santa' no Baixo Sul da Bahia
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 24.10.2014

*Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi publicado nesta quinta.
35 famílias mantêm relação mística com local que seria dotado de milagres.*

Do G1 BA



Incra publicou relatório de delimitação do Território Quilombola Lagoa Santa nesta quinta-feira (Foto: Divulgação/Incra)

O Território Quilombola Lagoa Santa, situado entre os municípios de Ituberá e Nilo Peçanha, na região do Baixo Sul da Bahia, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado pelo Incra nesta quinta-feira (23). A área, que possui 652 hectares, é ocupada por uma comunidade formada por 35 famílias de remanescentes de quilombo, que mantêm uma relação mística com a lagoa, chamada de "Lagoa Santa", onde as crianças são batizadas e casos e cura são atribuídos à entidade "Mãe D' Água".

Segundo o Incra, o RTID é a peça mais complexa para a regularização fundiária de um território quilombola, formado por um conjunto de documentos que aborda a história de formação e ocupação do território, considerando a ancestralidade, a tradição e a organização socioeconômica. Esse foi o segundo RTID deste ano, sendo que o primeiro foi [Rio dos Macacos](#), em Simões Filho, região metropolitana de Salvador. No total, o Incra/BA já possui 22 RTID's publicados.

De acordo com o relatório do Incra, a Lagoa Santa possui grande influência junto à comunidade, como local

CONT.

de milagres e encantos. Inicialmente, a lagoa era chamada “os milagres” e “Milagres de São Brás”. Ainda segundo o documento, casos de cura, agradecimentos, visagens, devoções às águas da lagoa e aparições, entre elas, a de uma moça bonita na lagoa, a Mãe D’Água.

História

O relatório antropológico que compõe o RTID aponta que o povoamento da comunidade foi iniciado entre os séculos XIX e XX, com aquisição de terras por parte de famílias afrodescendente, quando se agregaram formando uma única comunidade. Nos anos de 1960, fazendeiros e posseiros vizinhos ameaçaram as famílias da Lagoa Santa com boatos de que a reforma agrária iria tomar a terra da comunidade. Com medo, as famílias venderam as terras por preços irrisórios.

Segundo o analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário que acompanhou o processo de criação do RTID do Território Quilombola Lagoa Santa, Itamar Vieira Junior, alertou que a comunidade adquiriu a terra com o plantio de mandioca, a manufatura e comercialização da farinha. As famílias do Lagoa Santa vivem da agricultura, com o plantio da mandioca, cacau, milho, cravo, banana, feijão e cupuaçu; do extrativismo e artesanato. A produção é destinada ao consumo e venda na feira livre de Ituberá.



Famílias remanescentes de afrodescendentes vivem da agricultura, com plantio da mandioca (Foto: Divulgação/Incra)

CONT.



Incra delimita Território Quilombola Lagoa Santa na região Baixo Sul da Bahia (Foto: Divulgação/Incra)

24 Ibama realiza operação de fiscalização em terra indígena
SÍTIO PORTAL BRASIL, 24.10.2014

Foram apreendidas 1.200 unidades de mourões e estacas de itaúbas, além de um trator, três motocicletas e três motosserras

por Portal Brasil

Divulgação/ Ibama



Operação resultou na prisão de cinco pessoas por exploração de madeira sem autorização do órgão ambiental

Cinco pessoas foram presas em operação de fiscalização promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na terra indígena Pirineus de Souza, localizada na divisa dos estados de Rondônia e Mato Grosso.

No total, foram apreendidas 1.200 unidades de mourões e estacas de itaúbas, além de um trator de pneu com carreta, três motocicletas e três motosserras. A ação foi realizada pelo Escritório Regional do Ibama em Vilhena/RO e contou com o apoio da Polícia Federal.

Os presos foram conduzidos à Polícia Federal para indiciamento. Eles serão autuados por explorar madeira sem autorização do órgão ambiental competente. De acordo com a Lei 9605/98 e o Decreto 6514/08, é proibida a extração de madeiras em terras indígenas, sendo os infratores sujeitos a autuações, além de responderem criminalmente na Justiça.

Fonte:

[Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis](http://www.ibama.gov.br)



Boletim de Notícias - Edição nº 192/ 2014

Brasília, 24 de outubro de 2014.

25 Carteira de Identificação da Funai será aceita no domingo
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 24.10.2014

DA REDAÇÃO

24 de Outubro de 2014 | 09h54

Assim como ocorreu no primeiro turno, a Carteira de Identificação da Funai (Fundação Nacional do Índio) será aceita como documento para a votação de indígenas também no segundo turno das Eleições, que acontecem no domingo, dia 26.

A decisão consta do Ofício-Circular n. 28/2014, expedido pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, no dia 26 de setembro, e visa garantir a participação da população indígena nas Eleições 2014, uma vez que muitos possuem somente a Carteira da Funai como documento de identificação.

26 Mundo em transformação – Indígenas de Roraima refletem sobre mudanças climáticas em livro organizado pelo CIR

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



IEB – O que pensam os indígenas sobre mudanças climáticas? É que tenta responder o livro *Amazad Pana’adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas*, lançado em Brasília no último dia 15. O trabalho é resultado de uma pesquisa de três anos na Região Serra da Lua, em Roraima, que envolveu três terras indígenas: Jacamim, Malacacheta e Manoá-Pium.

Organizado por Sineia Bezerra do Vale, Coordenadora do Departamento Ambiental e Territorial do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e pelo antropólogo Alessandro Roberto de Oliveira a partir da pesquisa de campo de 18 pesquisadores indígenas e três professores indígenas que orientaram o projeto, o trabalho identificou a percepção das comunidades de que nas últimas décadas os ciclos anuais, os tempos de verão e inverno, estão ocorrendo de maneira diferente daquela que os mais velhos relatam que costumava ser.

“Eventos climáticos extremos, como uma seca prolongada ou uma enchente sempre ocorreram, segundo os relatos, o problema é que estes acontecimentos estão aparecendo com um intervalo menor e com maior frequência. O que mais afeta a região em termos de mudanças climáticas são essas alterações bruscas. Os principais impactos são a perda de roças, a diminuição da caça, da pesca e dos produtos extraídos da mata, como o açaí, a bacaba, o buriti, a castanha. Além destes impactos nas atividades tradicionais de manejo e uso de recursos naturais, as mudanças do clima também afetam a habitação, a

CONT.



mobilidade e a saúde das comunidades indígenas”, explicou Alessandro Roberto de Oliveira.

Foram feitas mais de 90 entrevistas com pajés, caçadores, pescadores, agricultores e parteiras. Os pesquisadores perguntaram sobre as mudanças percebidas nos últimos 20 anos que afetam a agricultura, caça, pesca e o extrativismo da região. Eles trabalharam na produção de mapas mentais das comunidades e calendários ecológicos, mostrando o que acontece no meio ambiente em cada mês.

Um dos resultados da pesquisa foi a construção do plano regional de enfrentamento às mudanças climáticas na região da Serra da Lua com propostas de ação. O grande desafio para a implementação do plano é a busca por parcerias. “Algumas ações previstas no plano estão sendo e serão colocadas em prática pelas próprias comunidades, como, por exemplo, estabelecer consensos em relação ao tamanho das queimas para fazer as roças e definir áreas dentro das terras indígenas que devem ser conservadas. Mas outras ações demandam parcerias, sobretudo com órgãos públicos responsáveis por determinadas áreas, como a manutenção e conservação de estradas, que nas grandes enchentes cada vez mais frequentes deixam comunidades isoladas ou dificultam muito o transporte escolar”, avaliou Alessandro Roberto de Oliveira.